REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

JÁ PRA FORA! OS ESPAÇOS NATURAIS NOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E OS BENEFÍCIOS DA RELAÇÃO DA CRIANÇA DA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA COM OS MESMOS, COMO UMA ALTERNATIVA AO DESEMPAREDAMENTO E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA

Andrea Luciana Vieira Francisco[1]
Debora Andrade da Silva Mouzinho[2]
Marcio Guedes Correa[3]

RESUMO: O presente artigo traz uma análise da importância de existir espaços naturais nos núcleos de Educação Infantil, possibilitando às crianças da primeiríssima infância (0 a 3 anos) um desenvolvimento integral, além de ser uma possibilidade de se conter o emparedamento dentro dessas instituições. Observando as transformações sociais e urbanas atuais, constatou-se que moradias verticais se expandem por todo o território nacional, além de pouca ou nenhuma oferta de áreas verdes em determinados bairros das cidades. Soma-se a isso a vida moderna e atual das famílias com sua demanda cotidiana muitas vezes exaustiva, extensa jornada de trabalho e o uso de telas que cresce cada vez mais e faz parte da vida de crianças cada vez menores. Nesse cenário, há um papel fundamental nas instituições de Educação Infantil, na garantia de contato com a natureza, espaços verdes e experiências em locais abertos e com elementos naturais para todas as crianças, em especial àquelas que não têm tais oportunidades fora do ambiente escolar. A pesquisa, de base bibliográfica e qualitativa teve sua fundamentação em autores como Comenius, Wallon, Vygotsky, Léa Tiriba, Daniel Becker, Gandhy Piorsky e em instrumentos legais como a Constituição Federal de 1988, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo de tornar evidente o contato com a natureza e suas contribuições para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das crianças e problematiza o chamado "emparedamento" institucional, com a ampliação das unidades de Ensino Infantil, atendendo às demandas de vagas que for necessárias e perdendo seus espaços verdes, livres e gramados. Tal pesquisa evidencia que alguns fatores, como o perfil da cultura higienista, a obrigatoriedade legal, a sobrecarga docente dificultam práticas pedagógicas efetivas ao ar livre e limita experiências com terra, água e elementos naturais, que podem ter o efeito de tornar ainda mais potente o desenvolvimento motor, afetivo, social, cognitivo e ético das crianças. Assim, é possível concluir que os espaços naturais nos NEIMs e o desemparedamento infantil são elementos essenciais para a construção de uma Educação Infantil de qualidade e comprometida com o desenvolvimento e os direitos da criança, porém há a necessidade de políticas públicas que deem condições para que a quantidade de vagas necessária seja suprida, mas, com a valorização de espaços naturais, a preservação de ambientes que atendam às necessidades da infância em seu desenvolvimento, as condições da instituição, o processo de formação dos profissionais que atuam com a primeira infância e as mudanças nas práticas pedagógicas atuais.

ISSN: 3085-556X

REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil; Espaços naturais; Desemparedamento; Desenvolvimento integral; Primeiríssima infância.

OUT YOU GO! NATURAL SPACES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION CENTERS AND THE BENEFITS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN VERY YOUNG CHILDREN AND THESE SPACES AS AN ALTERNATIVE TO ENCLOSURE AND FOR INTEGRAL CHILDHOOD DEVELOPMENT

ABSTRACT: This article analyzes the importance of natural spaces within early childhood education centers, enabling holistic development for children in the earliest stages of childhood (ages 0 to 3) and offering a way to counteract the confinement of children within these institutions. Observations of current social and urban transformations reveal an expansion of high-rise housing across the country, alongside a escassez, ou total ausência, de espaços verdes in certain city neighborhoods. Compounding this are the realities of modern family life, characterized by often exhausting daily demands, long working hours, and the ever-increasing use of screens, which are becoming part of the lives of increasingly younger children. In this context, early childhood education institutions play a crucial role in ensuring that all children, especially those who lack such opportunities outside the school environment, have contact with nature and green spaces, as well as experiences in open-air settings featuring natural elements. This qualitative, literature-based study drew upon the work of authors such as Comenius, Wallon, Vygotsky, Léa Tiriba, Daniel Becker, and Gandhy Piorsky, as well as legal frameworks including the 1988 Federal Constitution, the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (DCNEI), and the Statute of the Child and Adolescent (ECA). Its objective was to highlight the importance of contact with nature and its contribution to children's physical, emotional, and cognitive development, while critically examining the phenomenon of institutional "walling-in", whereby Early Childhood Education facilities are expanded to meet enrollment demands at the expense of green, open, and grassy spaces. The research reveals that factors such as a "hygienist" cultural mindset, legal mandates, and teacher workloads hinder effective outdoor pedagogical practices and limit experiences involving soil, water, and natural elements, experiences that could otherwise significantly enhance children's motor, affective, social, cognitive, and ethical development. Thus, it can be concluded that natural spaces within Early Childhood Education centers and the concept of "breaking down the walls" (connecting children with the outdoors) are essential elements for building high-quality Early Childhood Education that is committed to children's development and rights. However, there is a need for public policies that ensure the necessary number of enrollment spots while prioritizing natural spaces, preserving environments that meet developmental needs, improving institutional conditions, enhancing the training of early childhood professionals, and transforming current pedagogical practices.

KEYWORDS: Early childhood education; Natural spaces; Breaking down walls; Holistic development; Earliest childhood.

1. INTRODUÇÃO

Considera-se a nova configuração familiar, com pais, mães, responsáveis ou o adulto cuidador, que trabalham o dia inteiro e ao chegar em casa estão exaustos e ainda precisam cuidar dos afazeres domésticos, com casas cada vez menores, como demonstra o Censo de 2022, onde o percentual de pessoas vivendo em apartamentos passou de 8,5% para 12,5%. Além de que, no estado de São Paulo, 8,07% da população reside em favelas ou comunidades, em situações precárias e, observando ainda os dados do Censo de 2022, 64,59% dessas favelas não possuem árvores ou áreas verdes em seu entorno. Podemos observar que, com base nesses dados, as crianças estão progressivamente se afastando da natureza. Em contrapartida, há nos espaços dos núcleos de educação infantil locais com potencial para suprir essa falta de meio ambiente. Tais espaços podem ser explorados por crianças, levando-as a esse contato com o que, frequentemente, falta em casa.

Como afirma Tiriba (2005): “Cada criança que vem ao mundo é a natureza se manifestando, outra vez, e outra vez e outra vez. E como é que essas crianças vão ser tratadas? Essa é a questão”. Assim, os núcleos de educação infantil, que recebem crianças bem pequenas, e ficam com elas por cerca de dez horas/dia, podem e necessitam investir em espaços naturais, pois o contato com a natureza é fundamental para o desenvolvimento humano, com influência nos seus aspectos mental, emocional, ético, físico e estético.

A infância é uma etapa única e primordial para o desenvolvimento humano e não acontece isoladamente. Ela é afetada pelas condições ambientais e sociais das quais as crianças fazem parte, portanto, conceituar a infância contemporânea requer considerar todas as transformações pelas quais essas pequenas passaram ao longo da história, as brincadeiras, suas vivências, as explorações dos ambientes e sua relação com os mesmos. Para um desenvolvimento integral, onde possa se movimentar, experienciar situações com significado, brincar e estar em contato com a natureza pode estar trazendo muitos benefícios a esse desenvolvimento.

Como sujeito pertencente a uma sociedade que se modifica, a criança e suas vivências estão sujeitas às mudanças sociais e isso impacta grandemente no seu desenvolvimento. No Brasil, os modos de organização e estrutura das moradias tem se modificado muito, impactando

ISSN: 3085-556X

de maneira bastante significativa o cotidiano da infância. Dados do Censo Demográfico de 2022 mostram que o número de pessoas residentes em apartamentos aumentou, passando de um total de 8,5% para 12,5%. Simultaneamente, uma parcela significativa da população reside em favelas e comunidades urbanas, como no estado de São Paulo com cerca de 8,07% da população em comunidades periféricas, com uma situação de vulnerabilidade, uma porcentagem aproximada de 64,59% desses domicílios não tem área verde, seus espaços verdes, livres e gramados.

Tal pesquisa evidencia que alguns fatores, como a cultura higienista, a obrigatoriedade legal, a sobrecarga docente dificultam práticas pedagógicas efetivas ao ar livre e limita experiências com terra, água, elementos naturais, que podem ter o efeito de tornar ainda mais potente o desenvolvimento motor, afetivo social, cognitivo e ético das crianças. Assim, é possível concluir que os espaços naturais nos NEIMs e o desemparedamento infantil são elementos essenciais para a construção de uma Educação Infantil de qualidade e comprometida com o desenvolvimento e os direitos da criança, porém há a necessidade de políticas públicas que deem condições para que a quantidade de vagas necessária seja suprida, mas, com a valorização de espaços naturais, a preservação de ambientes que atendam às necessidades da infância em seu desenvolvimento, as condições da instituição, o processo de formação dos profissionais que atuam com a primeira infância e as mudanças nas práticas pedagógicas atuais.

A realidade aqui apresentada, com base nos dados coletados, atribui à Educação infantil uma responsabilidade importantíssima, pois, para muitas crianças, principalmente aquelas que ficam dentro do NEIMs por muitas horas, tem ali um dos principais espaços para conviver, interagir, experimentar o ambiente natural, no contato com a água, as plantas, a terra, o sol, o vento, os animais, entre outros elementos da natureza.

Há, de maneira evidente na pesquisa realizada que ao mesmo tempo que o poder público precisa suprir vagas e ampliar o acesso às creches NEIMs e a Educação Infantil, de maneira geral, a expansão física dos prédios, das construções já existentes tende por acabar ou limitar as áreas externas, como áreas não permeáveis. Quando novos espaços são construídos sem o reconhecimento de quão importante o ambiente natural é para o desenvolvimento da infância, as áreas verdes são substituídas pelo concreto, o que causa como consequência e fortalece o emparedamento institucional. É necessário que a exploração livre da criança não seja limitada,

pois o emparedamento acaba por restringir a criança em sua capacidade física de se movimentar, a exploração, a autonomia e todo o contato com os elementos naturais e infelizmente, os espaços externos passam a ser vistos ou utilizados apenas ao intervalo, alguns minutos no parque ou momentos para recreio e cada vez menos como ambientes de lazer, de aprendizagens e experiências fundamentais para a criança da primeiríssima infância.

Outro aspecto de interferência e desafios da prática docente é a cultura higienista, já bem consolidada em nossa sociedade, onde o contato com a terra, a água, folhas, a sujeira, nota-se a falta de cuidado com a criança, a possibilidade de doenças e ainda o desleixo em relação ao que gera receio em alguns profissionais que atendem a essa faixa etária, além da sobrecarga de trabalho, na rotina de higiene das crianças e, também, dos espaços utilizados.

Contrapondo essa lógica, o desemparedamento tem a intenção e propõe ampliar possibilidades na rotina das crianças, com vivências que fogem dos limites das quatro paredes, da sala de aula e o reconhecimento do ambiente externo, da natureza como mais um educador, como território para aprender. Brincar com os elementos naturais, movimentar-se em ambientes abertos, explorar diferentes texturas, acompanhar o desenvolvimento das plantas, brincar com água e terra constituem experiências valiosas para o desenvolvimento corporal, cognitivo, físico, motor e criativo da criança.

Valorizar o relacionamento da criança com a natureza possui fundamentos em diferentes perspectivas teóricas ao longo da história. Convém evidenciar o quão as experiências concretas eram importantes no processo educativo. Wallon e Vygotsky com suas contribuições auxiliaram na compreensão do processo do desenvolvimento com as relações sociais, culturais, afetivas e corporais. Contemporaneamente, autores como Daniel Becker, Gandhy Piorski e Léa Tiriba defendem o brincar na natureza e essas experiências como algo de extrema importância. Podemos contar ainda com os documentos legais brasileiros, que reconhecem a criança como sujeito de direitos e estabelecem princípios que são relacionados ao desenvolvimento integral, convivência, condições adequadas para que a criança possa se desenvolver. A Constituição Federal, o ECA, a LDB e o DCNEI são referências fundamentais para que seja necessário criar uma prática pedagógica que respeite a criança em suas especificidades.

No panorama aqui apresentado este artigo traz como um dos principais objetivos analisar o quão relevante os espaços naturais nos núcleos de Educação Infantil como uma

ISSN: 3085-556X

possibilidade de enfrentamento com emparedamento de sua criança da primeiríssima infância com o ambiente natural pode favorecer e contribuir para seu desenvolvimento integral. É sugerido ainda uma reflexão sobre os obstáculos que tornam que essas experiências, tão ricas sejam efetivadas e cotidianas dentro das instituições, considerando diversos aspectos, como as concepções pedagógicas, a cultura higienista, condições de trabalho dos professores e a infraestrutura das unidades escolares.

Portanto discutir o desemparedamento não é só defender a utilização de espaços externos, mas também questionar que tipo de experiências estão sendo oferecidas às crianças e de que maneira a Educação Infantil, dentro dos Núcleos de Educação Infantil Municipais podem organizar seus espaços e garantir às crianças bem pequenas, o direito de viver uma infância com exploração natural, movimento, curiosidade, imaginação e em contato significativo com a natureza, na troca do E.V.A, do brinquedo de plástico comprado pronto, do TNT, dos potes de tinta pelas pedras, pelo graveto, pela árvore pelo cheiro da natureza, pelo "descobrir sozinho", pelo valor que essas experiências tem a oferecer para cada uma dessas crianças.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO CONCEITO DE INFÂNCIA

Até a Idade Média (séculos V a XV), a criança não era vista em suas necessidades e peculiaridades. Era como um adulto em miniatura, suas vestimentas se assemelham às de seus pais, eram cuidadas apenas no início da vida, por volta de até os sete anos e após isso, passava a integrar o mundo dos adultos, trabalhavam desde cedo para ajudar nas despesas de casa, sem nada diferenciado, sem educação adequada àquela idade e a tudo que a infância realmente necessita. O termo infância, por exemplo, surgiu há muito tempo, porém, apenas no século XVII essa foi vista individualmente, com características e necessidades próprias, com necessidade de cuidados diferenciados, diferentes dos adultos, sendo assim, necessitavam de um tempo para se desenvolverem e se prepararem para crescer e enfim, chegar à idade adulta. Surge então a necessidade da disciplina, da moralização e o melhor lugar para se obter isso seria a escolarização dessas crianças e o melhor lugar para obter sucesso e moldar o caráter da criança seria a escola. Os colégios modernos passaram a existir e aos poucos as crianças foram deixando o convívio com os adultos, confinando-se em espaços escolares.

ISSN: 3085-556X

Enfim, chegamos ao século XX com a criança sendo reconhecida como ser único, graças aos avanços científicos, legais e institucionais. Esse sujeito agora tem direitos e reconhecimento. Merece e está assegurado que tenha proteção, cuidado e que bens de consumo sejam relacionados a ele, como, por exemplo, vestimentas, literatura, brinquedos, entre outros.

A construção de criança e infância foi idealizada como uma fase de vida feliz, com brincadeiras, ócio, contato com a natureza e distante da vida e fazeres dos adultos, porém, apesar de todos os avanços e do olhar para a infância, há fatores que não ofertam à todas as crianças o direito integral à infância, pois a vulnerabilidade social, os problemas econômicos de grande parte das famílias, principalmente as mais empobrecidas, ainda precisam do trabalho infantil para auxílio com os custos de se manter o mínimo em suas casas, como alimentação, por exemplo. E, não podemos deixar de lado a violência, que, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, ainda é grande em muitos lares. Com todas as conquistas, ainda possuímos crianças que não podem desfrutar verdadeiramente sua infância.

3. A RELAÇÃO DA CRIANÇA COM A NATUREZA E O SEU DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Você já parou para observar crianças brincando na/com a natureza? Elas estão livres, cercadas pelo verde, pelo mar, pelas árvores, por terra, insetos, animais, folhas secas, grama, água do rio, da chuva, uma poça, lama… Seus rostos demonstram que ali elas são/estão felizes. Seus corpos estão soltos, em conexão com todo o tipo de vida que a natureza pode oferecer. Estar ao ar livre desenvolve diversas habilidades. São inúmeras conexões que ocorrem em um período nesse espaço, tocar a terra, observar as árvores, folhas, animais, subir ou descer dos tocos de árvore ou até mesmo em seus troncos. O contato com esses elementos proporciona a criatividade e desenvolvimento de novas habilidades.

Como seres vivos, somos parte da natureza e essa é parte de nós. Há uma conexão do homem com o meio desde o momento em que ele nasce e passa a descobrir tudo ao seu redor. Claro que, essa relação com a natureza tem muito a ver com o local onde se vive e o tipo de relação que a família tem com o que é natural. Crianças indígenas que vivem na Amazônia, por exemplo, têm um contato mais próximo com a terra, os rios, plantas etc. do que o menino que vive em um apartamento em uma grande metrópole como São Paulo, por exemplo, pois o

ISSN: 3085-556X

ambiente que os cercam é diferente. Porém, há uma necessidade de se estar em ambientes naturais, principalmente no começo da vida, visto todos os benefícios que esse contato pode trazer para o desenvolvimento da criança, com reflexo disso para todo o resto de sua vida.

4. FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DO NATURALISMO: DE COMENIUS À ATUALIDADE

Comenius (2001), o pai da didática moderna, autor da Didática Magna, propôs, com esse vasto e rico material a organização do sistema escolar, mas, com o pensamento voltado ao naturalismo, pois acreditava que a escola deveria imitar a natureza, observá-la e respeitar suas fases e fenômenos, assim como a criança deveria ser respeitada também, onde fosse proposto à ela, contato com o que os livros não mostram, mas que está ao seu redor, na observação do mundo. Para Comenius o ensino deve ser intuitivo, a criança precisa ver, tocar, sentir, para depois ver, pesquisar ou ler sobre algo nos livros, pois, a própria natureza deveria ser o primeiro livro da criança. Ele defendia que a aprendizagem é mais eficaz quando se inicia cedo, quando as dificuldades ainda não estão consolidadas. Ensinar cada coisa a seu tempo, no ritmo da natureza, com respeito ao tempo de cada um, de maneira progressiva. O excesso de tarefas e as imposições rígidas acabam por prejudicar o aprendizado eficaz e prazeroso. O pai da didática acreditava e defendia a importância de aprender com os sentidos e pela experiência direta, de forma concreta e na prática, proporcionando ao educando o que ele é capaz de aprender naquela idade, de maneira harmoniosa, sem pressa, sem violência, com coerência, respeitando o desenvolvimento humano. Para ele, a educação deveria imitar a natureza, ordenada, progressiva, com cada etapa conduzida da maneira mais harmoniosa possível.

> 6. Por isso, seja para os professores regra de ouro: que cada coisa seja apresentada àquele dos sentidos a que convém, ou seja, as coisas visíveis à vista, as audíveis ao ouvido, as odorosas ao olfato, as saborosas ao gosto, as tangíveis ao tato; e se algumas podem, ao mesmo tempo, ser percepcionadas por vários sentidos, sejam colocadas, ao mesmo tempo, diante de vários sentidos, [...] (Comenius, 2001, p. 102).

Pois bem, se lá no séc XVII, um grande observador da educação escreveu um documento que é a carta magna da didática, a fundação da pedagogia moderna, na qual defendia a natureza como o grande aliado das aprendizagens das crianças, principalmente as menores. Hoje, em pleno século XXI, especialistas em educação voltam a defender o que Comenius apontou como

ISSN: 3085-556X

importante para o desenvolvimento humano ainda na infância: a natureza. Essa natureza ou espaços naturais não podem deixar de existir nos ambientes escolares e de serem utilizados por quem está inserido ali, visto os benefícios que trazem não só ao aprendizado da criança ainda pequena, mas também, à saúde das mesmas.

5. EMPAREDAMENTO INSTITUCIONAL: QUANDO A BUSCA POR VAGAS REDUZ A NATUREZA

A Constituição de 1988, no artigo 227 deixa estabelecido:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão ("Caput" do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990, Art. 3º), garante:

> A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

E, por sua vez, a LDB, no ano de 1996, estabelece de forma precisa no seu artigo 2º que: "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Há ainda as DCNEI (2009), que vem complementar, junto aos outros acima citados, a garantia de direitos das crianças a um desenvolvimento integral e uma educação que promova interação com o meio ambiente.

O Supremo tribunal Federal, em setembro de 2022 tomou a decisão de que, o governo deve garantir vagas em creches e pré-escolas para crianças de zero a cinco anos, pois considerou a importância desse órgão não apenas no atendimento às crianças, mas também no apoio às mulheres que precisam voltar ou permanecer no mercado de trabalho e tem um local adequado e sem custos para deixar seus filhos. Com essa decisão, cabe ao poder público garantir tais vagas. Sendo assim, ampliou-se a construção de salas de aula em espaços que eram utilizados ao lazer. Creches e escolas são ampliadas e se perde cada vez mais o espaço natural que ali

ISSN: 3085-556X

existia. É uma forma de garantir as vagas, cumprir a determinação e economizar recursos financeiros.

Um exemplo concreto dessa política de expansão física ocorre na própria região, como ilustra a ampliação do NEIM Amilton José do Amparo pela Prefeitura de Bertioga em 2023. Para atender à demanda imediata por novas vagas de creche na primeiríssima infância, a intervenção municipal focou na construção de novas salas de aula e reestruturação da área física. Embora a iniciativa cumpra o papel de universalização do acesso e o direito das famílias, na prática, esse modelo de expansão predial inevitavelmente reduz as áreas externas e os espaços naturais remanescentes que antes estavam disponíveis para o convívio ao ar livre das crianças.

Quando a expansão física do prédio acontece, obviamente que, áreas livres, gramados, jardins e árvores serão retiradas dali e mais uma vez a natureza dá lugar ao concreto. Mais paredes são levantadas e mais aprisionamento fica evidente. Tiriba (2002, p. 36) alerta sobre o quanto emparedar a criança a despotencializa e adormece sua curiosidade. Dessa forma, o poder público cumpre a burocracia e as metas, comprometendo a saúde física e pedagógica da primeiríssima infância.

6. O CONFINAMENTO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE: ENTRE A ASSEPSIA E A LIBERDADE

Porém, as crianças passam a ficar confinadas, cada vez mais, em espaços trancados e reduzidos. A necessidade humana de estar em espaços livres, abertos e naturais não está registrada em documentos legais, logo, não os torna obrigatórios (Santos, 2018; Silva; Tiriba, 2014). Cabe, então, àquela professora que entende a necessidade de suas crianças, em proporcionar às mesmas esses momentos livres, a céu aberto. Entretanto, não serão todas que o farão, visto que não é uma obrigatoriedade. Muitos profissionais da educação infantil, principalmente das creches, ainda têm o receio da sujeira nas crianças, em suas roupas, em seus sapatos, nos olhares dos pais, deixando de lado a vasta experiência e desenvolvimento que estar livre, em um lugar amplo e cheio de natureza pode trazer.

Considerando o conceito histórico da creche, ela servia para atender às necessidades da família, tendo um papel assistencialista, onde a higiene estava presente, não apenas como

asseio, mas ainda como uma maneira de evitar que as crianças pudessem ter algum tipo de doença. Há ainda a questão referente à família, com suas queixas quanto às crianças e suas roupas não estarem impecáveis no momento que vão embora, visto que, socialmente a sujeira está associada a falta de cuidados e higiene. Por fim, mas não menos importante, há uma sobrecarga das professoras e/ou educadoras das creches, pois além de organizar todo o espaço, crianças que têm contato com terra ou barro, por exemplo, necessitarão de uma higiene após esse momento, logo, dar banho e trocar roupas, tornará a rotina da sala mais intensa, mais "trabalhosa', com uma demanda maior. Imaginemos uma sala com um número alto de crianças, para poucos adultos, essa rotina se tornará mais cansativa, assim, há professores/educadores que, pensando nessa demanda, deixam esses momentos cada vez mais fora de seus planejamentos e da realidade de suas salas. Como aponta Tiriba (2005), referência no assunto: "O medo da doença, a reação dos pais, a dinâmica de funcionamento institucional, especialmente as rotinas e limpeza: tudo parece concorrer para que o contato com a água [e a terra] seja rarefeito."

Na minha vivência nesses anos desenvolvendo um trabalho com crianças pequenas, na faixa de um a três anos, já foram muitos os momentos de contornar situações com os familiares, ora por conta de uma blusa manchada com terra, as roupas molhadas dentro da mochila, a advertência verbal da gestão escolar, por conta da "sujeira" da natureza no ambiente. Os olhares de julgamento dos profissionais de limpeza, que não querem ter um trabalho a mais para fazer. Porém, sempre ficou entendido por essa professora que vos escreve que, esse pensamento é algo social.

A cultura higienista é a mentalidade que prioriza a assepsia, a ordem e o controle extremo dos corpos, associando a sujeira natural do brincar à falta de civilidade, ao desleixo ou à doença.

"Afinal, a roupa manchada de barro ou tinta no fim do dia é o vestígio de uma infância que experimentou o mundo com liberdade; são as marcas na roupa de quem viveu o espaço intensamente e teve o direito de ser criança por inteiro."

7. DIALOGANDO COM O DESEMPAREDAMENTO NA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA: BASES TEÓRICAS PARA OS MENORES

ISSN: 3085-556X

Se pararmos para analisar a situação de crianças da periferia, que são milhares em todo o país, privadas de acesso aos espaços verdes, os dados do IBGE (2022) revelam a gravidade desse cenário no estado de São Paulo, que possui cerca de 3.123 favelas ou comunidades, onde vivem 8,07% da população. Desse total, 64,59% dessas favelas ou comunidades não têm árvores ou áreas verdes em seu entorno, evidenciando que a grande maioria dessas crianças está inserida em ambientes completamente desprovidos de elementos naturais, privados de acesso aos espaços verdes. Quando observamos essas informações, isso se torna algo ainda mais sério, pois o único lugar que elas têm para brincar são as escolas (Cosenza; Kassiadou; Sánchez, 2014).

Tratar o desemparedamento das crianças, em especial, nesse artigo, sobre as da primeiríssima infância (zero a três anos), tem sua fundamentação teórica em autores e pesquisadores que desenvolveram suas investigações pautadas na importância da interação criança/meio ambiente para seu desenvolvimento integral. Vygotsky (1978) e Wallon (1975) evidenciam o quão importante é a interação com o ambiente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. Vygotsky (1989) coloca a criança como ser da natureza, ser da cultura, pois é um corpo biológico e se desenvolve a partir das interações. Tiriba (2005) ressalta que é essencial para a formação de uma consciência ambiental e valores como responsabilidade com o meio ambiente, que a criança tenha relação com a natureza desde pequena. Já Becker (2011) e Piorsky (2014) pontuam os benefícios da natureza para a saúde física e mental da criança, promovendo criatividade, imaginação, investigação e a redução do estresse. Estar em contato com a natureza permite a descoberta, o aprender lúdico e significativo, com contribuições que serão relevantes para a aquisição de habilidades para toda a sua vida.

Considerando a natureza como algo fundamental para a infância e seu desenvolvimento, os núcleos de educação infantil podem e necessitam utilizar seus espaços naturais para promover esse contato da criança com o natural, pois somos parte da natureza. Estar ao ar livre desenvolve diversas habilidades. São inúmeras conexões que ocorrem em um período nesse espaço, tocar a terra, observar as árvores, folhas, animais, subir ou descer dos tocos de árvore ou até mesmo em seus troncos. O contato com esses elementos proporciona a criatividade e desenvolvimento de novas habilidades.

> O território da criança foi encolhendo há 50, 60 anos. O Drauzio sempre conta essa história, que ele chegava em casa, lá no Brás, trocava de roupa e ia para a rua, e só

ISSN: 3085-556X

> voltava para a hora do jantar, ficava jogando bola o dia inteiro. Isso é contato com a natureza, óbvio, com o ar livre, com o ar, com a terra, pé descalço ou mesmo calçado, enfim, é atividade física. Mas esse território foi encolhendo e encolhendo até ficar do tamanho do quarto da criança, e agora até ficar do tamanho de uma tela de celular, o que é muito grave" (Becker, 2024).

Por que hoje, no séc. XXI, esses espaços são retirados não apenas das vidas das crianças, com cada vez mais construções e menos espaços naturais, principalmente em grandes centros urbanos e dentro do ambiente escolar?

Para dar conta de demandas, de um número cada vez maior de crianças necessitando de vagas em creches e núcleos de educação infantil, esses espaços são ampliados, quando não há local, tempo hábil e verbas para a construção de novos locais que atendam à essas necessidades do poder público.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que a inserção da natureza no contexto da Educação Infantil ultrapassa a perspectiva de uma atividade de lazer ou de um elemento complementar à rotina escolar. O contato com ambientes naturais constitui uma dimensão importante e significativa para o desenvolvimento integral da criança, contribuindo para aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Entretanto, o estudo também aponta para um desafio presente na organização dos espaços destinados à primeira infância. Na busca pela ampliação do atendimento em creches e pré-escolas, observa-se, em algumas situações a priorização da construção de novos espaços físicos e da pavimentação de áreas externas, em detrimento das áreas verdes.

Esse processo, caracterizado como "emparedamento" das instituições educativas, acaba reduzindo as experiências de descoberta, exploração e contato direto com a natureza.

Além dos desafios estruturais, a pesquisa aponta barreiras culturais no cotidiano das unidades escolares. A preocupação com a higiene, medo de acidentes e a falta de formação e atualização dos professores fazem com que as vivências ao ar livre sejam vistas com receio. Muitas vezes, ao brincar com a terra, com a água e com vento é deixado em segundo plano por conta da rotina burocrática e da busca pelo controle do espaço.

Para reverter esse cenário e promover a vivência da criança a infância em sua plenitude, faz-se necessário mudanças integradas:

ISSN: 3085-556X

- Infraestrutura escolar: planejar e readequar os espaços para garantir a presença de ambientes naturais, hortas, árvores e jardins.

- Formação de educadores: oferecer atualização e capacitação continuada para que os professores sintam -se seguros e capazes de planejar atividades significativas fora da sala de aula

- Parceria com as famílias: construir um diálogo franco e de confiança com os pais, mostrando que se sujar de terra, explorar o quintal faz parte do processo de desenvolvimento, aprendizagem e saúde infantil.

Dessa forma, conclui-se que desemparedar a infância é um compromisso político, ético e pedagógico.

Promover a educação ao ar livre não significa desordem, ou somente recreação aleatória, mas sim o respeito ao direito fundamental da criança, criar, explorar e aprender em contato direto com o mundo natural.

REFERÊNCIAS

BECKER, Daniel. Contato com a natureza na infância é fundamental para o desenvolvimento. Maiara Ribeiro. **Portal Drauzio** Varella, 11 out. 2024. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/pediatria/contato-com-a-natureza-na-infancia-e-fundamental-para-o-desenvolvimento-diz-especialista/. Acesso em: 31 mar. 2026.

BERTIOGA. Prefeitura de Bertioga aumenta vagas de creche com ampliação do NEIM Amilton José do Amparo. **Portal de Notícias da Prefeitura de Bertioga**, Bertioga, 1 mar. 2023. Disponível em: https://www.bertioga.sp.gov.br/prefeitura-de-bertioga-aumenta-vagas-de-creche-com-ampliacao-do-neim-amilton-jose-do-amparo. Acesso em: 21 jun. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009. Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 dez. 2009c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=2097&Itemid=. Acesso em: 3 abr. 2026.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: 18 dez. 2009d. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE0052009.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

ISSN: 3085-556X

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso em: 3 abr. 2026.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 3 abr. 2026.

_____. Ministério da Educação. **Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf. Acesso em: 1 abr. 2026.

_____. Ministério da Educação**. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB**, 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf. Acesso em: 2 abr. 2026.

_____. Ministério da Educação**. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil.** Brasília, DF: MEC/SEB, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf. Acesso em: 1 abr. 2026.

_____. Ministério da Educação**. Práticas Cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Projeto de Cooperação Técnica MEC/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica/ UFRGS, 2009c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Grupo de Trabalho de Avaliação da Educação Infantil. Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação**. Brasília: outubro de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/destaques?id=12579:educacao-infantil. Acesso em: 30 mar. 2026.

COSENZA, Angélica; KASSIADOU, Anne; SÁNCHEZ, **Celso. Educação ambiental e direitos humanos: necessárias articulações a partir da justiça ambiental e da ecologia política**. In: SILVA, Aida; TIRIBA, Lea (Org.). Direito ao Ambiente como Direito à Vida: desafios para a educação em Direitos Humanos. São Paulo: Cortez, 2014, p. 21-46.

ISSN: 3085-556X

G1. Prefeitura de Bertioga prevê abrir mais de mil novas vagas na rede municipal de ensino. **G1, Santos e Região**, 17 jul. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/educacao/noticia/2022/07/17/prefeitura-de-bertioga-preve-abrir-mais-de-mil-novas-vagas-na-rede-municipal-de-ensino.ghtml. Acesso em: 21 maio 2026.

SANTOS, Zemilda do Carmo. **Criança e a experiência afetiva com a natureza**. Curitiba: Appris, 2018.

TIRIBA, Lea. **Crianças, natureza e educação infantil.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=7704@2. Acesso em: 3 abr. 2026.